

PROJETO DE LEI Nº 010/2023

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRANITO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, consoante disposições contidas no § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, no art. 165 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, submete a Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

Seção Única

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 165 da Constituição Federal, no inciso I, do §1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, a Proposta Orçamentária municipal, para o exercício de 2024, será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária;
- II – a estrutura e a organização do orçamento;
- III – as alterações na legislação tributária do Município;
- IV – as diretrizes relativas às despesas do Município com pessoal e encargos;
- V – as diretrizes gerais relativas à execução orçamentária;
- VI – a participação da população e das audiências públicas;
- VII - contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;

VIII – a celebração de operações de crédito;

IX- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos;

X-transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

XI – as disposições gerais e transitórias;

CAPÍTULO II

Seção Única

Das Normas, Definições e Conceitos

Art. 2º Aplicam-se, na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2024, as normas e procedimentos constantes nesta Lei e nos instrumentos abaixo:

I - Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 9ª edição a partir de 2022, aprovado pelas Portarias Conjuntas: PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 117, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021; PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SPREV/ME/MTP Nº 119, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021; PORTARIA STN Nº 1.131, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021 e atualizações.

IV- Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir do exercício de 2024, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 699, de 07 de julho de 2023.

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I - Categoria de Programação, consiste no detalhamento das despesas das unidades orçamentárias por função, subfunção, programa e ação, compreendendo:

a) Programa, o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ações, são operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um

programa, especificadas no orçamento através de projetos e atividades;

c) Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

II - Reserva de Contingência, compreende o volume de recursos orçamentários destinados ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos imprevistos, que serão utilizados como fonte de recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais;

III - Transferência, a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;

IV - Delegação de execução, consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

V - Despesa Obrigatória de Caráter Continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

VI - Execução Física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

VII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

VIII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

IX - Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas;

X - Passivos Contingentes, decorrem de compromissos firmados pelo governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamentos;

XI - Contingência Passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade;

XII - Programação Financeira e Cronograma de Desembolso,

consiste na compatibilização do fluxo de pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados da arrecadação, para atender aos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

XIII - Classificação por Fonte/Destinação de Recursos, tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos, associando, no orçamento, fontes de receita à determinadas despesas.

CAPÍTULO III

Seção Única

Das Metas e Riscos Fiscais

Art. 4º. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integra esta lei os seguintes anexos:

I – De Riscos Fiscais e Providências;

II – De Metas Fiscais;

Parágrafo único. Para efeito das disposições do inciso II, deste artigo, consta do demonstrativo de metas fiscais, os seguintes anexos:

I - Metas Anuais, contendo:

- a) Metas Anuais de Receita;
- b) Metas Anuais de Despesa;
- c) Resultado Primário;
- d) Resultado Nominal;
- e) Montante da Dívida.

II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

VI - Evolução do patrimônio líquido;

V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de

ativos;

VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita; e

VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

IX - Metas e Prioridades da Administração.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Estrutura e Organização do Orçamento do Município

Art. 5º. A elaboração da lei orçamentária deverá pautar-se pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade as informações relativas às suas diversas etapas, inclusive por meio de audiências públicas, bem como pelo equilíbrio das receitas e despesas públicas.

§ 1º. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais serão dados ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I – os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II – as prestações de contas e respectivos pareceres prévios;
- III – o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV – o Relatório de Gestão Fiscal;
- V – os sistemas de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, disponibilizados pela internet, de amplo acesso público;
- VI – o Portal da Transparência.

§ 2º Serão realizadas audiências públicas no período de elaboração do Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e da LOA/2024, assim como durante a execução orçamentária no exercício de 2024, quadrimestralmente, para avaliação e

demonstração do cumprimento de metas fiscais, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional específica, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo ser observados os objetivos no Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e da LOA/2024.

§1º No projeto de lei orçamentária, a destinação de recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

§2º As ações dos programas prioritários integrarão a proposta orçamentária para 2024, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados.

§3º As fontes de recursos destinam-se a indicar à origem das receitas que financiarão as despesas previstas na Lei Orçamentária, destacando os recursos ordinários, que são aqueles arrecadados pelo Tesouro Municipal, as receitas próprias diretamente arrecadadas pelas entidades supervisionadas e as receitas provenientes de convênios e operações de crédito.

Art. 7º. Integrarão a proposta orçamentária do Município para 2024:

- I - Projeto de lei;
- II - Anexos;
- III – Justificativa.

§1º O texto da lei orçamentária conterá as disposições permitidas pelo §8º, do art. 165 da Constituição Federal e disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será por meio de quadros orçamentários consolidados, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320/64 e outros estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I – Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios 2020, 2021 e 2022, bem como as estimativas para 2023 e 2024;

- II – Tabela explicativa da evolução da despesa realizada no exercício de 2022, a fixada para 2023, e prevista para 2024;
- III – Quadro de discriminação da legislação da receita;
- IV – Gráfico da despesa orçada por função;
- V – Gráfico da despesa orçada por grupo;
- VI – Gráfico da receita prevista;
- VII – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, anexo I da Lei nº 4.320/64;
- VIII – Receita consolidada por categorias econômicas, anexo II da Lei nº 4.320/64;
- IX – Natureza da despesa consolidada por categoria econômica, anexo II da Lei nº 4.320/64;
- X – Natureza da despesa por órgão, anexo II da Lei nº 4.320/64;
- XI – Natureza da despesa por categoria econômica, por unidade orçamentária, anexo II da Lei nº 4.320/64;
- XII – Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projeto, atividade e operação especial, por unidade orçamentária, anexo VI da Lei nº 4.320/64;
- XIII – Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, sub-funções, projetos e atividades, anexo VII da Lei nº 4.320/64;
- XIV – Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo, anexo VIII da Lei nº 4.320/64;
- XV – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, anexo IX da Lei nº 4.320/64;
- XVI – Despesa com seguridade social por categoria e função, anexo XI da Lei nº 4.320/64;
- XVII – Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada para manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2024, bem como o percentual orçado para aplicação no referido exercício, consoante art. 212 da Constituição Federal;
- XVIII – Demonstrativo consolidado do percentual das receitas indicadas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal e das despesas fixadas na proposta orçamentária para 2024 destinadas às ações e serviços de saúde;
- XIX – Percentual de gastos com pessoal;
- XX – Receita e despesa por fonte de recurso do STN.

Art. 8º A despesa orçamentária será discriminada por:

- I - Órgão Orçamentário;
- II - Unidade Orçamentária;

- III - Função;
- IV - Subfunção;
- V - Programa;
- VI - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VII - Categoria Econômica;
- VIII - Grupo de Natureza da Despesa;
- IX - Modalidade de Aplicação;
- X - Elemento de Despesa; e
- XI - Fonte de Recursos.

§ 1º A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

- I - Despesas Correntes - 3; e
- II - Despesas de Capital - 4.

§ 2º Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III - Outras Despesas Correntes - 3;
- IV - Investimentos - 4;
- V - Inversões Financeiras, - 5; e
- VI - Amortização da Dívida - 6.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2024 e em seus Créditos Adicionais.

§ 4º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual para 2024 conterà a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE / PE.

§ 6º O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades.

§ 7º As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo.

§ 8º. Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 9º. As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 10. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

Art. 9º. A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

- I - Categoria Econômica;
- II - Origem;
- III - Espécie;
- IV - Desdobramento; e
- V - Tipo.

§ 1º A Categoria Econômica da receita, primeiro dígito de classificação, está assim detalhada:

- I - Receitas Correntes - 1;
- II - Receitas de Capital – 2;
- III - Receitas Correntes Intraorçamentárias – 7 e,
- IV - Receitas de Capital Intraorçamentárias – 8.

§ 2º A Origem, segundo dígito da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador quando eles ingressam no patrimônio público.

§ 3º A Espécie, terceiro dígito, que possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§ 4º O Desdobramento, quarto ao sétimo dígito, tem o objetivo de identificar as particularidades de cada receita,

§ 5º O Tipo, oitavo dígito, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo:

“0”, quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora;

“1”, quando se tratar da arrecadação Principal da receita;

“2”, quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita;

“3”, quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita; e

“4”, quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.

§ 6º O Município poderá, ainda, efetuar desdobramentos de níveis de receitas, a partir do 9º dígito, observado o disposto no plano de contas padrão publicado pelo TCE-PE, com intuito de proporcionar maior transparência a elaboração e execução do orçamento.

§ 7º Em cumprimento ao disposto no *caput* e na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 10. A lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, no valor máximo, de até 2,0% (dois inteiro por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2024, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como também poderá conter ainda uma reserva de contingência de até 2,0% (dois inteiro por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2023, para servir como fonte para abertura de créditos adicionais para execução de recursos de emendas enviadas ao Município e não previstas no orçamento anual.

Parágrafo único. Na hipótese de não utilização da reserva de contingência nos fins previstos no art. 5º, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101, de 2000, a reserva poderá ser usada como recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais a partir de julho de 2024, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 11. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. O disposto no “caput” deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 12. Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária para 2024, com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

Parágrafo único. Poderão ser estimadas receitas e fixadas despesas no orçamento para 2024, destinadas aos investimentos constantes no PPA citados no *caput*, em valores superiores aqueles estimados nos anexos desta Lei, desde que haja perspectiva de transferências voluntárias para o Município superiores a estimativa constante nesta LDO.

Art. 13. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas, reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e alterações posteriores.

Art. 14. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos, através de contratos de rateio, regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, através dos procedimentos contábeis estabelecidos pela Portaria STN n.º 274, de 13 de maio de 2016.

Art. 15. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e previdenciária, em tramitação.

§ 1º. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas ou sejam parcialmente aprovadas, até 31 de dezembro de 2024, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas no todo ou em parte, conforme o caso, mediante decreto.

Art. 16. O projeto de lei orçamentária poderá computar na receita:

I - operação de crédito autorizada por lei específica, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

II - operações de crédito a serem autorizadas na própria lei orçamentária, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

III - os efeitos de programas de alienação de bens imóveis, móveis e de incentivo ao pagamento de débitos inscritos na dívida ativa do Município.

Art. 17. As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos e serviços públicos efetivamente realizados, bem como de campanhas de natureza educativa ou preventiva, excluídas as despesas com a publicação de editais e outras legais.

Art. 18. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Parágrafo único. Poderão constar da proposta orçamentária dotações para programas, projetos e atividades constantes de projeto de lei de alteração do plano plurianual em tramitação na Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO IV

Seção II

Dos Créditos Adicionais

Art. 19. No texto da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 conterà autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de até quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n.º 043/2001, do Senado Federal, bem como da legislação aplicável à matéria.

Art. 20. Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por Decreto Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 e atualizações posteriores.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do *caput* deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - *superávit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas;

VII - a reserva de contingência, quando não utilizada até 30 de junho de 2024.

§ 2º. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

§ 3º. Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício poderão ser reabertos até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 4º. Dentro do mesmo grupo de despesa e na mesma unidade, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de elementos de despesa, sem onerar o percentual de suplementação.

Art. 21. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional, respeitada a Portaria SOF n.º 42/1999.

Art. 22. Não se incluem no limite de suplementação, previsto no Art. 19 da presente Lei, as dotações para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;

IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde; do Sistema Municipal de Ensino e da Assistência Social Municipal;

V - transferências de fundos ao Poder Legislativo;

VI – despesas vinculadas a convênios, bem como sua contrapartida;

VII – incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2023 do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior às previsões de despesas fixadas na Lei de Orçamento.

Art. 23. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

§1º No processamento do orçamento e da contabilidade será utilizado *software* de contabilidade e orçamento público que deverá:

I - processar a contabilidade em partidas dobradas nos sistemas orçamentário, patrimonial, compensado e custos;

II - possuir centro de custos que identifique os gastos para propiciar avaliação de resultados, nos termos do regulamento aprovado por Decreto;

III - atender a Lei 4.320/64, incluídas as disposições regulamentares e atualizações posteriores;

IV - permitir o processamento dos demonstrativos que integram os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, nos termos da regulamentação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

V- ser um sistema único e integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e controle adotado por todas as entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo e Poder Legislativo.

§ 2º Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos das unidades administrativas e gestoras na forma de crédito especial.

Art. 24. Para efeito da execução orçamentária, a discriminação, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de despesa das atividades, projetos e operações especiais constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no sistema informatizado de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.

CAPÍTULO IV

Seção III

Das Transferências para o Setor Privado

Art. 25. Na programação da despesa não poderão ser incluídos recursos destinados a clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Parágrafo-Único - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, artes, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

- I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial; ou.
- III. sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

CAPÍTULO V

Seção Única

Das alterações na legislação tributária

Art. 26. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e modernização da máquina arrecadadora, à alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo, bem como ao cancelamento de débitos cujo montante seja inferior aos respectivos custos de cobrança.

Art. 27. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 28. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Constará do orçamento dotações destinadas à implementação de programa de modernização do sistema de arrecadação, cobrança de tributos e da dívida ativa tributária.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção I

Das despesas com pessoal

Art. 29. O Poder Legislativo e Executivo, para fins de atendimento do disposto no inciso II, do § 1º do art. 169, da Constituição Federal, ficam autorizados a conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, funções, alterações na estrutura de carreira, bem como realização de concurso, admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 2000.

§1º No exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§2º No limite para despesa total com pessoal, de acordo com os percentuais previstos no [caput do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), observada a regra de enquadramento prevista no art. 15 da presente na Lei Complementar n.º 178, de 13 de janeiro de 2021.

§3º Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

Art. 30. Observado o disposto no parágrafo único, do art. 29 desta lei, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei visando:

- I - a concessão e à absorção de vantagens e ao aumento de remuneração de servidores;
- II - a criação e à extinção de cargos públicos;
- III - a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- IV - ao provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;
- V – a revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público, por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público.
- VI – instituição de Incentivos a demissão voluntária.

§ 1º. Fica dispensada do encaminhamento de projeto de lei a concessão de vantagens já previstas na legislação.

§ 2º. A criação ou ampliação de cargos deverá ser precedida da demonstração do atendimento aos requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º. Os projetos de lei previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios financeiros anteriores a sua entrada em vigor, podendo, contudo, retroagir a competência anterior dentro do mesmo exercício.

Art. 31. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo Chefe do Poder.

Art. 32. Para atendimento das disposições do art. 60, inciso XII, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19.12.2006, publicada no DOU em 20.12.2006, bem como para pagar o valor do salário mínimo a todos os servidores municipais, da forma definida no inciso IV, do art. 7º, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono salarial aos profissionais de magistério e aos servidores municipais, que serão compensados quando da concessão de reajuste autorizado por Lei.

Art. 33. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, bem como o art. 15 da Lei Complementar n.º 178/2021, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão tomadas de acordo com as disposições constitucionais pertinentes.

Art. 34. O Município poderá incluir na proposta orçamentária dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção II

Da previdência

Art. 35. O Município ou a entidade previdenciária poderá contratar serviços de consultorias e assessorias, contábeis, financeiras, atuariais, previdenciárias e jurídicas para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 36. Serão incluídas dotações no orçamento de 2024 para realização de despesas com cobertura de déficit e passivo atuarial do RPPS.

Art. 37. O Regime Próprio de Previdência Social será estruturado de acordo com a legislação vigente, especialmente no tocante a contabilidade previdenciária nos termos da legislação aplicável a matéria.

Art. 38. Os relatórios e demonstrativos exigidos pela legislação vigente serão publicados pelo gestor do RPPS, nas datas especificadas em lei e regulamento.

Art. 39. O orçamento da entidade previdenciária deverá integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. Adotar-se-á o conceito de Receita Intra-Orçamentária para contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação “91- Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades

Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social”, conforme consta na Portaria Interministerial n.º 688, de 14 de outubro de 2005.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção III

Da saúde e educação

Art. 40. A aplicação de receitas em ações e serviços de saúde, bem como de educação, serão demonstradas por meio da publicação dos Demonstrativos Anexo VIII e XII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, elaborados de conformidade com o Manual do Tesouro Nacional aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, que serão disponibilizados pelo Poder Executivo aos competentes conselhos de acompanhamento.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção IV

Dos suprimentos para o Legislativo

Art. 41. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pelo Município até o dia vinte de cada mês, através de transferências financeira, nos termos art. 29-A, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º58/2009, devendo a Câmara providenciar o fechamento contábil à Prefeitura, utilizando sistema único de execução orçamentária e financeira, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado, nos termos das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1º- Especificamente no mês de janeiro de 2024, o repasse dos duodécimos legislativos poderá ser feito na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2023, devendo ser ajustada em fevereiro de 2024, eventual diferença que venha a ser encontrada, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior.

§ 2º- O Poder Legislativo terá como limite de proposta orçamentária 2024 para despesas correntes e capital os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção V

Dos convênios com outras esferas de Governo

Art. 42. O Município poderá celebrar convênio com órgãos e entidades do Estado ou da União para cooperação técnica e financeira, na forma da Lei, bem como incluir dotações específicas para custeio de despesas resultantes destes convênios no orçamento de 2024.

Art. 43. Os convênios, contratos, acordos ou ajustes firmados com outras esferas de governo, dentre outros, destinar-se-ão a desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infraestrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, preservação do meio ambiente, promoção de atividades geradoras de empregos no âmbito do Município e de atividades ou serviços cujas despesas são próprias de outros governos.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção VI

Das subvenções

Art. 44. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2024, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá:

I - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;

III - da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único, do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

IV - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 15 de setembro de 2023;

VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante a Receita Previdenciária e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município;

VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

§1º Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, o plano de trabalho de que trata o § 1º conterà objetivos, justificativas, metas a serem atingidas com a utilização dos recursos e cronograma de desembolso.

§2º Não constará da proposta orçamentária para o exercício de 2024, dotação para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

§3º Também serão permitidos repasses às instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural, esportiva e educacional, consoante

disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta seção, no que couber.

§4° O Município poderá desenvolver PDDE local com recursos próprios, ficando as exigências limitadas aos requisitos mínimos estipulados no Programa Dinheiro Direto na Escola, para as unidades executoras.

§5° As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§6° As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção VII

Dos consórcios

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, conforme lei municipal específica e demais disposições legais aplicáveis.

§1° Estão incluídas na autorização do *caput* deste artigo ações, programas, projetos e atividades a serem executados em consórcios, nos termos da Lei Federal n° 11.107, de 06 de abril de 2005, com adequação local, para atendimento de objetivos públicos.

§2° Poderão ser consignadas dotações no orçamento do Município, destinadas à participação referenciada no *caput*, inclusive por meio de auxílios, contribuições e subvenções, bem como para execução de programas, projetos e atividades vinculadas aos programas objeto dos convênios, termos de

parcerias e outros instrumentos formais cabíveis, respeitada a legislação aplicável a cada caso.

§3º Os procedimentos contábeis serão estabelecidos através da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção VIII

Dos Programas Assistenciais

Art. 46. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, culturais e esportivos, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos, locais, para atendimento do disposto no art. 26 de Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Nos programas culturais de que trata o *caput*, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades cívicas, folclóricas, festa do padroeiro e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos, onde se inclui esporte solidário e educacional, consoante disposições do art. 217, da Constituição Federal e regulamento local.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção IX

Dos Precatórios

Art. 47. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídas na proposta orçamentária para 2024, conforme determinado pelo § 1º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta e indireta, e por grupo de despesas originárias da ação, conforme definido nesta Lei, especificando:

- a) número e data do ajuizamento da ação originária;
- b) números de processos;
- c) números de precatórios;
- d) data da expedição dos precatórios;
- e) nome do beneficiado;
- f) valor do precatório a ser pago;
- g) data do trânsito em julgado; e
- h) identificação da Vara ou Comarca de origem.

§ 1º - A relação dos débitos, de que trata o *caput* deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 2º- A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º do art. 100 da Constituição Federal não poderá superar, no exercício de 2023, à variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, devendo ser aplicado à parcela resultante do parcelamento.

Art. 48. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Parágrafo único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2023, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para 2024.

CAPÍTULO VI

Seção Única

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção X

Das OSs e das OSCIPs

Art. 49. A eventual realização de termos de parcerias, contratos de gestão e congêneres, com Organização Social e/ou com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, deverá observar as disposições da Resolução TCE n.º 20, de 21 de setembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO VII

Seção Única

Da execução Orçamentária

Subseção I

Das despesas novas

Art. 50. Para geração de despesa nova, o Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser elaborado e publicado da forma definida na alínea “b” do inciso “I” do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 51. Para os fins previstos no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes às despesas até os valores limites constantes nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO VII

Seção Única

Da execução Orçamentária

Subseção II

Da limitação de empenho

Art. 52. Até trinta dias após a publicação do Orçamento Anual de 2024, o Poder Executivo estabelecerá, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício, inclusive a eventual composição de reserva de contingência, e o calendário de eventos associados, de acordo com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

§ 1º - A programação financeira, que apresenta as previsões para as entradas e saídas de recursos, será demonstrada por mês e por bimestre, e distinguirá as receitas por fontes e as despesas por natureza, e considerará os valores extraorçamentários.

§ 2º - O cronograma mensal de desembolsos, que apresenta as previsões de receitas a arrecadar e de despesas a empenhar, será demonstrado por mês e por bimestre, de forma a orientar os órgãos sobre a capacidade de ordenar as despesas, e levará em consideração os valores extraorçamentários.

Art. 53. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta lei, poderá ser promovida à limitação de empenho e movimentação financeira nos 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 1º. A limitação a que se refere o "caput" deste artigo será fixada em montantes por Poder e por órgão, respeitando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais de execução, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 2º. Os órgãos deverão considerar, para efeito de contenção de despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital

relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente e despesas correntes não afetas a serviços básicos.

§ 3º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 4º. Em caso de ocorrência da previsão contida no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contingenciar o orçamento.

§ 5º. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 54. A limitação do empenho ou de despesa deverá ser equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista para o bimestre.

Art. 55. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal.

CAPÍTULO VII

Seção Única

Da execução Orçamentária

Subseção III

Dos orçamentos dos fundos

Art. 56. Os orçamentos dos fundos municipais deverão integrar a proposta orçamentária por meio de unidades gestoras supervisionadas.

§ 1º. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação, consoante estimativa da receita, à Secretaria de Finanças do Município, até 30 (trinta) dias antes da data prevista para entrega do projeto de lei do orçamento de 2024 ao Poder Legislativo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

§ 2°. Os fundos que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras serão gerenciados pelo Prefeito do Município, até que exista ordenador de despesas formalmente designado.

§ 3°. É vedada a vinculação de percentuais de receita a fundos e despesas, ressalvadas as disposições do inciso IV, do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 57. Os fundos municipais terão suas receitas e despesas, especificadas no orçamento, vinculadas aos seus objetivos, identificados na legislação pertinente e nos planos de aplicação, estes representados por planilhas de despesa com identificação das classificações funcional, programática, categoria econômica, metas e fontes de financiamento.

Art. 58. Os repasses de recursos aos fundos constarão da programação de que trata o art. 52, desta Lei, por meio de transferência financeira, condicionada a execução e das ações constantes no orçamento do fundo.

Art. 59. O orçamento do Regime Próprio de Previdência Social será elaborado nos termos desta Lei, observada as disposições da legislação específica.

Art. 60. Poderão constar da proposta do orçamento anual para 2024, unidades orçamentárias destinadas:

I - à manutenção e desenvolvimento educação básica e valorização dos profissionais da educação, com recursos do FUNDEB, ou outra fonte que venha substituir e do Tesouro Municipal;

II - ao Fundo Municipal de Saúde, com recursos do SUS e do Município;

III – ao Fundo Municipal de Assistência Social, com recursos do FNAS e do Tesouro Municipal;

IV – ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos repassados, bem como, do Tesouro Municipal;

V – a demais autarquias, fundações e fundos municipais criados por meio de Lei específica.

CAPÍTULO VIII

Seção Única

Da participação da população e das audiências públicas

Art. 61. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

I - Ao Poder Executivo, até dez de setembro de 2023;

II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão.

§ 1º. Para fins de realização de audiência pública será observado:

I - Quanto ao Poder Legislativo:

- a) determinar que a condução da audiência fosse feita por meio da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;
- b) convocar a audiência com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis;

II - Quanto ao Poder Executivo:

- a) Receber comunicação formal da data da audiência;
- b) Disponibilizar, no prazo máximo de 2 (dois) dias antes da audiência, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborados nos termos da Portaria STN Nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

§ 2º. As audiências públicas levarão em consideração as demandas e prioridades detectadas junto às comunidades, definidas para fins de gestão orçamentária e administrativa, conforme as disposições específicas do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. As demandas e reivindicações emanadas das audiências públicas serão avaliadas tecnicamente pelo Órgão competente e responsável pela execução dos serviços.

CAPÍTULO IX

Seção Única

Da celebração de operações de crédito

Art. 62. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2024, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

Parágrafo único. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2024, autorização para celebração de operação de crédito por antecipação de receita, que, se realizada, obedecerá às exigências da Lei Complementar n° 101/2000, do Banco Central do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Senado Federal, e, ainda, deverá ser quitada, integralmente, dentro do exercício.

Art. 63. Poderão ser consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais relacionadas com operações de crédito de antecipação de receita orçamentária – ARO e de longo prazo, contratadas ou em processo de contratação junto ao BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, destinados à execução de Programas de Modernização Administrativa e Incremento de Receita, bem como outros das linhas de infraestrutura, habitação, saneamento e reequipamento.

§ 1º. As operações de crédito obedecerão à LC 101/2000, às Resoluções 40 e 43 do Senado Federal, às disposições do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, e ainda, a regulamentação nacional específica.

§ 2º. A implantação dos programas citados no *caput* depende da aprovação pelo órgão financiador do projeto, enquadrado nas normas próprias.

§ 3º. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisará ser autorizada pela Câmara Municipal de Vereadores.

CAPÍTULO X

Seção Única

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 64. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2024, será entregue ao Poder Legislativo até o dia 05 de outubro de 2023 e deverá ser devolvida para sanção até cinco de dezembro de 2023, conforme dispõe o inciso III, do § 1º, do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/2008.

Art. 65. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2024, será entregue ao Poder Executivo até 05 de setembro de 2023, para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária.

Art. 66. As emendas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos somente poderão ser aprovadas quando atenderem às disposições do § 3º, do art. 166, da Constituição Federal, sejam compatíveis com o Plano Plurianual, com a LDO e que:

I - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e encargos;
- b) serviço da dívida.

II - Estejam relacionados:

- a) com a correção de erros ou omissões, ou;
- b) com os dispositivos do projeto de lei.

Art. 67. Os autógrafos da lei orçamentária serão enviados ao Poder Executivo no prazo estipulado no inciso III, do § 1º, do art. 124, da Constituição do Estado de Pernambuco, devidamente consolidados, tanto no que se refere ao texto do projeto de lei como em todos os anexos, com o teor das emendas devidamente aprovadas na Câmara Municipal.

Art. 68. Caso a devolução do orçamento para sanção do Prefeito deixe de ser feita ao Poder Executivo, no prazo legal, ou os autógrafos da lei orçamentária sejam encaminhados sem consolidação das emendas realizadas no texto e nos anexos, o Poder Executivo adotará as recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco acerca da matéria, inclusive quanto à promulgação da proposta orçamentária como Lei.

Art. 69. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, sejam aditivas, supressivas ou modificativas, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º, do art. 66, da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 1º. As emendas à Proposta Orçamentária ficam limitadas a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) desta, ficando vedadas as emendas de redução das dotações de pessoal e contratos de duração continuada.

§ 2º. O veto às emendas mencionadas no *caput* restabelecerá a redação inicial do projeto de lei orçamentária enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, devendo ser sancionado da forma original.

§ 3º. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente poderão ser aprovadas caso atendam às disposições contidas na Lei do Plano Plurianual 2022-2025, referente ao exercício de 2024, no art. 127, § 3º, da Constituição Estadual.

Art. 70. A execução do orçamento e do planejamento governamental do Município, no exercício de 2024, seguirá as disposições desta Lei e de seus anexos, para o acompanhamento da programação orçamentária e financeira, com vistas à obtenção dos resultados previstos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Art. 71. São identificadas como áreas finalísticas da atuação do Município, aquelas que buscam atender a uma necessidade ou demanda da sociedade

mediante um conjunto articulado de projetos, atividades e ações relacionadas com a produção de um bem ou serviço para a população.

Art. 72. Os programas que envolvam atividades finalísticas poderão ser administrados por gestores de programas governamentais, nomeados pelo Prefeito do Município na forma da Lei.

Art. 73. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar n. 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 74. Integram esta Lei os anexos abaixo, com respectivos demonstrativos:

- I - Anexo de Riscos Fiscais e Providências (ANEXO I);
- II - Anexo de Metas Fiscais (ANEXO II);
- III - Anexo de Programas, Ações, Metas e Prioridades.

Art. 75. Para adequação orçamentária decorrente de mudança na estrutura administrativa determinada por Lei, fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2024 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos e descritores, metas e objetivos, fontes de recursos e modalidade de aplicação.

Art. 76. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for sancionado/promulgado até o dia 1º de janeiro de 2024, a programação constante do Projeto

encaminhado pelo Poder Executivo poderá ser executado em cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

Art. 77. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2024, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 78. Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar no 101, de 2000, encaminharão, caso necessário, ao Poder Legislativo os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

§ 1º. O encaminhamento do RREO e do RGF ao TCE-PE, de que trata esta Resolução, dar-se-á exclusivamente de forma eletrônica, via SICONFI, mediante a homologação da respectiva declaração, nesse sistema.

§ 2º. A elaboração do RREO e do RGF será feita em conformidade com a Portaria STN/MF n.º 699, de 07 de julho de 2023, que aprovou a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

§ 3º. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, de que trata o artigo 52 da LRF, abrange todos os Poderes e Órgãos e será consolidado pelos respectivos chefes do Poder Executivo Municipal, através de sistema eletrônico padronizado para o Poder Executivo Municipal.

§ 4º. O Poder Executivo Municipal publicará o RREO e o RGF juntamente com os demonstrativos constantes dos artigos 52 e 54 da LRF, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre respectivamente.

§ 5º. Em atendimento ao disposto no artigo 48, incisos II e III e artigo 48-A da Lei Complementar n.º 101, de 2000, o Poder Executivo divulgará as informações referentes à execução orçamentária e financeira e à situação patrimonial das respectivas unidades gestoras/ e ou supervisionadas em sistema eletrônico padronizado na esfera municipal.

Art. 79. A Administração Municipal promoverá a reavaliação de ativos e passivos municipais para fins de adequação às novas Normas da Contabilidade Pública, absorvidos estes efeitos pela Gestão Patrimonial.

Art. 80. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos;

II - Anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;

III - Anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;

IV - Anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;

V - Anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;

VI - Cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.

Art. 81. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Granito, 27 de julho de 2023.

JOAO BOSCO
LACERDA DE
ALENCAR:3034379
8468

Assinado de forma digital
por JOAO BOSCO LACERDA
DE ALENCAR:30343798468
Dados: 2023.07.27 09:05:17
-03'00'

JOÃO BOSCO LACERDA DE ALENCAR
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

ARF (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00
Demandas Judiciais	100.000,00	CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	200.000,00	CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DE RESRVAS DE CONTIGÊNCIA	200.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	309.000,00	CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DE RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	309.000,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	309.000,00	SUBTOTAL	309.000,00
TOTAL	609.000,00	TOTAL	609.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026		
	Vl. Corrente (a)	Vl. Constante	% RCL (a/RCL)x100	Vl. Corrente (b)	Vl. Constante	% RCL (b/RCL)x100	Vl. Corrente (c)	Vl. Constante	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total	49.998.600,00	48.008.655,72	132,42950	51.898.546,80	49.926.402,02	132,42950	53.995.320,09	51.986.694,18	132,83820
Receitas Primárias (I)	44.518.647,06	42.746.804,91	117,91500	46.263.778,05	44.505.754,49	118,05130	48.077.318,11	46.288.841,87	118,27890
Receitas Primárias Correntes	42.215.520,06	40.535.342,36	111,81480	43.870.368,47	42.203.294,47	111,94400	45.590.086,88	43.894.135,64	112,15990
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.675.485,00	1.608.800,70	4,43780	1.741.164,01	1.674.999,78	4,44290	1.809.417,64	1.742.107,30	4,45150
Transferências Correntes	38.702.852,46	37.162.478,93	102,51090	40.220.004,28	38.691.644,12	102,62940	41.796.628,44	40.241.793,86	102,82730
Demais Receitas Primárias Correntes	1.837.182,60	1.764.062,73	4,86610	1.909.200,18	1.836.650,57	4,87170	1.984.040,80	1.910.234,48	4,88110
Receitas Primárias de Capital	2.303.127,00	2.211.462,55	6,10020	2.393.409,58	2.302.460,02	6,10730	2.487.231,23	2.394.706,23	6,11900
Despesa Total	49.998.600,00	48.008.655,72	132,42950	51.898.546,80	49.926.402,02	132,42950	53.995.320,09	51.986.694,18	132,83820
Despesas Primárias (II)	45.251.535,41	43.450.524,31	119,85610	47.025.395,59	45.238.430,56	119,99460	48.868.791,10	47.050.872,08	120,22600
Despesas Primárias Correntes	38.987.291,30	37.435.597,11	103,26420	40.515.593,12	38.976.000,58	103,38360	42.103.804,37	40.537.542,85	103,58290
Pessoal e Encargos Sociais	20.913.882,48	20.081.509,96	55,39380	21.733.706,67	20.907.825,82	55,45790	22.585.667,97	21.745.481,12	55,56480
Outras Despesas Correntes	18.073.408,82	17.354.087,15	47,87040	18.781.886,45	18.068.174,76	47,92570	19.518.136,40	18.792.061,73	48,01810
Despesas Primárias de Capital	4.911.564,60	4.716.084,33	13,00910	5.104.097,93	4.910.142,21	13,02410	5.304.178,57	5.106.863,13	13,04920
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.352.679,51	1.298.842,87	3,58280	1.405.704,54	1.352.287,77	3,58690	1.460.808,16	1.406.466,10	3,59390
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-732.888,35	-703.719,40	-1,94110	-761.617,54	-732.676,07	-1,94330	-791.472,99	-762.030,21	-1,94710
Dívida Pública Consolidada	461.782,57	443.403,62	1,22310	196.374,30	188.912,08	0,50110	117.500,45	113.129,43	0,28910
Dívida Consolidada Líquida	337.759,43	324.316,60	0,89460	11.834,30	11.384,60	0,03020	455.132,45	438.201,52	1,11970
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	389.727,29	374.216,14	1,03230	-325.925,13	-312.932,00	-0,83170	443.298,15	426.816,92	1,09060



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2022 (a)	% RCL	Metas Realizadas 2022 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	36.855.000,00	109,11270	36.709.510,96	106,21670	-145.489,04	-0,39000
Receitas Primárias (I)	36.306.000,00	107,48730	35.825.340,16	103,65840	-480.659,84	-1,32000
Despesa Total	39.950.902,03	118,27840	39.784.841,56	115,11490	-166.060,47	-0,42000
Despesas Primárias (II)	39.661.048,03	117,42030	39.513.718,80	114,33050	-147.329,23	-0,37000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da linha (III) = (I - II)	-3.355.048,03	-9,93300	-3.688.378,64	-10,67210	-333.330,61	9,93520
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00000	904.510,76	2,61710	0,00	0,00000
Dívida Consolidada Líquida (DL)	0,00	-7,31690	1.233.227,82	3,56830	0,00	0,00000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	-14,23680	-3.007.118,54	-8,70090	0,00	0,00000



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	30.960.311,64	36.709.510,96	0,00	42.000.000,00	0,00	50.000.000,00	0,00	54.000.000,00	0,00	58.000.000,00	0,00
Receitas Primárias (I)	30.665.957,67	35.825.340,16	0,00	38.829.998,68	0,00	49.409.000,00	0,00	52.565.000,00	0,00	55.920.000,00	0,00
Despesa Total	32.560.641,59	39.784.841,56	0,00	42.634.471,00	0,00	50.000.000,00	0,00	54.000.000,00	0,00	58.000.000,00	0,00
Despesas Primárias (II)	32.339.075,15	39.513.718,80	0,00	40.399.903,50	0,00	49.671.380,00	0,00	52.827.380,00	0,00	56.182.380,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-1.673.117,48	-3.688.378,64	0,00	-1.569.904,82	0,00	-262.380,00	0,00	-262.380,00	0,00	-262.380,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.188.344,65	904.510,76	0,00	696.657,15	0,00	461.782,57	0,00	196.374,30	0,00	117.500,45	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.773.890,72	-1.233.227,82	0,00	-638.280,85	0,00	-337.759,43	0,00	11.834,30	0,00	455.132,45	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-948.347,00	-3.007.118,54	0,00	1.871.508,67	0,00	-300.521,42	0,00	-349.593,73	0,00	-443.298,15	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	30.960.311,64	36.709.510,96	0,00	39.895.800,00	0,00	48.010.000,00	0,00	40.709.783,33	0,00	55.842.400,00	0,00
Receitas Primárias (I)	30.665.957,67	35.825.340,16	0,00	36.884.615,75	0,00	47.442.521,80	0,00	50.567.530,00	0,00	53.839.776,00	0,00
Despesa Total	32.560.641,59	39.784.841,56	0,00	40.498.484,00	0,00	48.010.000,00	0,00	51.948.000,00	0,00	55.842.400,00	0,00
Despesas Primárias (II)	32.339.075,15	39.513.718,80	0,00	38.375.868,33	0,00	47.694.459,08	0,00	50.819.939,56	0,00	54.092.395,46	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-1.673.117,48	-3.688.378,64	0,00	-1.491.252,58	0,00	-251.937,28	0,00	-252.409,56	0,00	-252.619,46	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.188.344,65	904.510,76	0,00	661.406,30	0,00	443.403,62	0,00	188.912,08	0,00	113.129,43	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.773.890,72	1.233.227,82	0,00	-605.983,84	0,00	324.316,60	0,00	11.384,60	0,00	438.201,52	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-948.347,00	-3.007.118,54	0,00	1.839.211,66	0,00	-281.667,23	0,00	-335.701,20	0,00	-426.816,93	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	22.154.531,16	100,000	20.940.828,44	100,000	19.204.005,40	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	22.154.531,16	100,00	20.940.828,44	100,00	19.204.005,40	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	454.349,08	100,000	-29.942,29	100,000	-15.812.784,40	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	454.349,08	100,00	-29.942,29	100,00	-15.812.784,40	100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE

Page 1 of 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	235.500,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	78.500,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	78.500,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	78.500,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIIf)
	235.500,00	235.500,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

Page 1 of 3

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
RECEITAS CORRENTES(I)	4.270.185,42	2.435.489,54	1.532.823,17
Receita de Contribuições dos Segurados	1.322.027,06	889.689,69	841.690,92
Civil	1.322.027,06	889.689,69	841.690,92
Ativo	1.322.027,06	889.689,69	841.690,92
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.422.865,80	1.392.866,59	417.657,74
Civil	2.422.865,80	1.392.866,59	417.657,74
Ativo	2.422.865,80	1.392.866,59	417.657,74
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	525.292,56	150.119,76	269.388,92
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	525.292,56	150.119,76	269.388,92
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	2.813,50	4.085,59
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	2.813,50	4.085,59
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + III - II)	4.270.185,42	2.435.489,54	1.532.823,17

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
Benefícios - Civil	4.357.854,30	3.300.152,70	3.045.215,65
Aposentadorias	4.182.437,50	3.153.935,20	2.908.495,00
Pensões	175.416,80	146.217,50	136.720,65
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	71.029,62	61.407,25	65.057,86
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	71.029,62	61.407,25	65.057,86
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	4.428.883,92	3.361.559,95	3.110.273,51
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	-158.698,50	-926.070,41	-1.577.450,34

	2022	2021	2020
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2021	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2021	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2022	2021	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	65.351,31
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	120.474,98	52.712,05
Investimentos e Aplicações	0,00	5.547.800,02	3.015.560,63
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
RECEITAS CORRENTES(VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2022	2021	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2021	2020
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2021	2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (ADMINISTRAÇÃO DO RPPS)	2022	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO	2022	2021	2020
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00



Page 1 of 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
2023	4.416.872,08	4.163.910,84	252.961,24	252.961,24
2024	4.715.820,35	4.136.923,86	578.896,49	831.857,73
2025	5.118.518,85	4.141.758,32	976.760,53	1.808.618,26
2026	5.528.028,32	4.229.073,04	1.298.955,28	3.107.573,54
2027	5.478.679,42	4.419.750,72	1.058.928,70	4.166.502,24
2028	5.713.422,10	4.390.481,42	1.322.940,68	5.489.442,92
2029	6.006.748,50	4.445.697,37	1.561.051,13	7.050.494,05
2030	6.350.830,15	4.625.515,37	1.725.314,78	8.775.808,83
2031	6.539.584,04	4.733.776,72	1.805.807,32	10.581.616,15
2032	6.877.439,85	5.089.775,31	1.787.664,54	12.369.280,69
2033	7.041.245,15	5.231.150,29	1.810.094,86	14.179.375,55
2034	7.175.310,44	5.477.757,66	1.697.552,78	15.876.928,33
2035	7.113.399,53	5.709.026,89	1.404.372,64	17.281.300,97
2036	7.374.457,59	5.959.764,05	1.414.693,54	18.695.994,51
2037	7.878.282,44	5.936.824,41	1.941.458,03	20.637.452,54
2038	7.770.848,58	6.099.725,71	1.671.122,87	22.308.575,41
2039	7.765.480,47	6.067.589,27	1.697.891,20	24.006.466,61
2040	7.755.140,86	6.084.996,50	1.670.144,36	25.676.610,97
2041	7.717.071,25	6.096.864,40	1.620.206,85	27.296.817,82
2042	7.698.741,70	6.015.749,31	1.682.992,39	28.979.810,21
2043	7.647.718,65	6.012.431,22	1.635.287,43	30.615.097,64
2044	7.636.261,89	5.917.222,58	1.719.039,31	32.334.136,95
2045	7.606.334,60	5.900.849,71	1.705.484,89	34.039.621,84
2046	7.573.726,06	5.816.720,24	1.757.005,82	35.796.627,66
2047	7.593.722,84	5.479.429,48	2.114.293,36	37.910.921,02
2048	7.572.090,85	5.268.304,34	2.303.786,51	40.214.707,53
2049	7.536.302,16	5.129.506,22	2.406.795,94	42.621.503,47
2050	7.458.750,59	5.040.796,93	2.417.953,66	45.039.457,13
2051	7.423.005,74	4.858.843,20	2.564.162,54	47.603.619,67
2052	7.398.636,54	4.590.026,51	2.808.610,03	50.412.229,70
2053	941.795,86	4.726.546,59	-3.784.750,73	46.627.478,97
2054	876.150,06	4.603.738,58	-3.727.588,52	42.899.890,45
2055	810.115,02	4.418.197,38	-3.608.082,36	39.291.808,09
2056	704.379,98	4.127.141,88	-3.422.761,90	35.869.046,19
2057	621.407,28	3.807.386,13	-3.185.978,85	32.683.067,34
2058	562.430,71	3.687.727,64	-3.125.296,93	29.557.770,41
2059	396.314,80	3.491.719,15	-3.095.404,35	26.462.366,06
2060	384.005,24	3.383.580,10	-2.999.574,86	23.462.791,20
2061	349.056,43	3.088.994,98	-2.739.938,55	20.722.852,65
2062	312.543,76	2.765.873,99	-2.453.330,23	18.269.522,42
2063	297.014,71	2.628.448,79	-2.331.434,08	15.938.088,34
2064	266.091,01	2.354.787,73	-2.088.696,72	13.849.391,62
2065	256.436,03	2.269.345,38	-2.012.909,35	11.836.482,27
2066	235.351,88	2.082.760,03	-1.847.408,15	9.989.074,12
2067	201.869,37	1.786.454,60	-1.584.585,23	8.404.488,89
2068	177.126,94	1.567.495,06	-1.390.368,12	7.014.120,77
2069	141.445,29	1.251.728,23	-1.110.282,94	5.903.837,83
2070	116.712,56	1.032.854,55	-916.141,99	4.987.695,84
2071	105.283,05	931.708,42	-826.425,37	4.161.270,47
2072	85.310,81	754.962,92	-669.652,11	3.491.618,36
2073	65.796,92	582.273,60	-516.476,68	2.975.141,68
2074	54.012,67	477.988,27	-423.975,60	2.551.166,08
2075	37.520,23	332.037,40	-294.517,17	2.256.648,91
2076	23.801,61	210.633,70	-186.832,09	2.069.816,82
2077	20.209,91	178.848,80	-158.638,89	1.911.177,93
2078	15.019,39	132.914,99	-117.895,60	1.793.282,33
2079	9.906,23	87.665,76	-77.759,53	1.715.522,80



Page 2 of 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
-----------	----------------------------------	----------------------------------	--	---

PLANO PREVIDENCIÁRIO

2080	9.689,31	85.746,12	-76.056,81	1.639.465,99
2081	5.025,54	44.473,81	-39.448,27	1.600.017,72
2082	4.924,53	43.579,88	-38.655,35	1.561.362,37
2083	3.148,56	27.863,32	-24.714,76	1.536.647,61
2084	3.138,56	27.774,85	-24.636,29	1.512.011,32
2085	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2086	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2087	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2088	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2089	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2090	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2091	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2092	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2093	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2094	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2095	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2096	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32
2097	0,00	0,00	0,00	1.512.011,32



Page 3 of 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
-----------	----------------------------------	----------------------------------	--	---

PLANO FINANCEIRO

2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00



Page 4 of 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
-----------	--------------------------------------	--------------------------------------	--	---

PLANO FINANCEIRO

2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
			0,00	0,00	0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE

Page 1 of 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0000 ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020301	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		0801	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA					
			28	Encargos Especiais				
				843	Serviço da Dívida Interna			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020301	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		0803	ENCARGOS COM SENTENÇAS JUDICIAIS					
			28	Encargos Especiais				
				846	Outros Encargos Especiais			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		0812	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - FME					
			28	Encargos Especiais				
				846	Outros Encargos Especiais			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO	1
030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
3002	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA-FME	
28	Encargos Especiais	
846	Outros Encargos Especiais	
01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE	
00	Recursos Ordinarios	
4	DESPESAS DE CAPITAL	

Programa Descrição

0001 ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0008	CISAPE - CON. INTERM. DO SERTÃO DO ARARIPE PE							1
030600	CISAPE							
1079	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUÍNAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS							
04	Administração							
122	Administração Geral							
04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA							
29	Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe							
4	DESPESAS DE CAPITAL							
0008	CISAPE - CON. INTERM. DO SERTÃO DO ARARIPE PE							1
030600	CISAPE							
2114	DESPESA COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMIN. DO CISAPE							
04	Administração							
122	Administração Geral							
04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA							
29	Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe							
3	DESPESAS CORRENTES							



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0004 PATRULHA MECANIZADA DO CISAPE

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0008	CISAPE - CON. INTERM. DO SERTÃO DO ARARIPE PE							1
	030600	CISAPE						
		2117	DESPESAS COM MANTUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA DO CISAPE					
			20	Agricultura				
				605	Abastecimento			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA		
						29	Consórcio Intermunicipal do Sertão do Ararape	
							3	DESPESAS CORRENTES

Programa Descrição

0006 CONTROLE DE ANIMAIS ABANDONADOS NAS RODOVIAS DOS MUN. CONSORCIADOS

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0008	CISAPE - CON. INTERM. DO SERTÃO DO ARARIPE PE							1
	030600	CISAPE						
		2118	DESPESAS C/RECOLHIM. E TRANSP. DE JUMENTOS ABANDONADOS NAS RODOVIAS DO MUN. CONSORCIAD					
			26	Transporte				
				782	Transporte Rodoviário			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA		
						29	Consórcio Intermunicipal do Sertão do Ararape	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0007 GESTÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL S.I.M.

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0008	CISAPE - CON. INTERM. DO SERTÃO DO ARARIPE PE							1
	030600	CISAPE						
		4014	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL S.I.M.					
			20	Agricultura				
				122	Administração Geral			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
						29	Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe	
							4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0402 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020201	GABINETE DO PREFEITO						
		1801	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS EQUIP. P/ GABINETE DO PREFEITO					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020301	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		1803	AQUI. DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS BENS MÓVEIS PARA A SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS,					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020400	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO MULHER E LAZER						
		1960	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DA SECRETÁRIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO, MULHER E LAZER E DE SEU:					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO MULHER E LAZER
2812 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO, MULHER E LAZER
04 Administração
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

1





PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0403 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020201	GABINETE DO PREFEITO						
		2801	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020201	GABINETE DO PREFEITO						
		2960	CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS DO MUNICÍPIO DE GRANITO					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020202	DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL						
		2804	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020301 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
2809 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GESTÃO E CONTROLE IN
04 Administração
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020301 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
2810 CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS
04 Administração
123 Administração Financeira
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020301 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
2941 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
04 Administração
123 Administração Financeira
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020600 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
2825 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15 Urbanismo
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0405 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020403	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A MULHER						
		4007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A MULHER					
			04	Administração				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

Programa Descrição

0601 FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020201	GABINETE DO PREFEITO						
		2803	IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE GRANITO - GCMG					
			06	Segurança Pública				
				181	Policimento			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0801 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1877	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS BENS MÓVEIS PARA O CONSELHO TUTELAR					
			08	Assistência Social				
				243	Assistência à Criança e ao Adolescente			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1955	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
			08	Assistência Social				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2881	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
			08	Assistência Social				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1
030100 SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE
2883 ENCARGOS COM MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
40 Fundo Municipal de Assistência Social
3 DESPESAS CORRENTES

0005 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 1
030300 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
2903 PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
27 Fundo Municipal da Infância e da Juventude
3 DESPESAS CORRENTES

0005 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 1
030300 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
2904 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
27 Fundo Municipal da Infância e da Juventude
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0802 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1956	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA, FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							4	DESPEAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2886	BENEFÍCIOS EVENTUAIS					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		
						41	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	
							3	DESPEAS CORRENTES

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		4000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPEAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0807 GESTÃO DO SUAS

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1958	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA PARA GESTÃO SUAS					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1965	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DA COZINHA COMUNITÁRIA					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2896	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA GESTÃO DO SUAS					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						41	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0809 PROGRAMAS SOCIO ASSISTÊNCIAIS

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2900	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ					
			08	Assistência Social				
				243	Assistência à Criança e ao Adolescente			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0810 GESTÃO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1898	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS BENS MÓVEIS PARA O PAIF - ESTADUAL					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						43	Fundo Estadual de Assistência Social	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2901	BENEFÍCIOS EVENTUAIS					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPESAS CORRENTES

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2902	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA PAIF - ESTADUAL					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						43	Fundo Estadual de Assistência Social	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0811 CIDADE LIMPA - DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							0
	021001	SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL						
		1928	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA URBANA					
			18	Gestão Ambiental				
				452	Serviços Urbanos			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						81	Recursos de Convenios - OUTROS	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	021001	SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL						
		2829	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA					
			18	Gestão Ambiental				
				452	Serviços Urbanos			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0009	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE							0
	030701	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE						
		1932	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E MELHORIAS DE INSTALAÇÕES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS EXECUTORES					
			18	Gestão Ambiental				
				541	Preservação e Conservação Ambiental			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						06	Fundo Municipal do Meio Ambiente	
							4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2944 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18 Gestão Ambiental
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2945 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE
18 Gestão Ambiental
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2946 DESPESAS COM ESTUDOS E PESQUISAS
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2947 REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INSPETORIAS TÉCNICAS
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2948 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIAS
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2949 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES

0009 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1
030701 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2950 CUSTEIO DO PLANO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
06 Fundo Municipal do Meio Ambiente
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

0901 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020301	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		2858	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - PRESTADORES DE SERVIÇOS					
			09	Previdência Social				
				271	Previdência Básica			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		2858	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - PRESTADORES DE SERVIÇOS					
			09	Previdência Social				
				271	Previdência Básica			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPESAS CORRENTES

0006	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE GRANITO							1
	030400	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE GRANITO						
		2905	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA					
			09	Previdência Social				
				272	Previdência do Regime Estatutário			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA		
						44	Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0006 FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE GRANITO
030400 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE GRANITO
2906 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
04 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
44 Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário
3 DESPESAS CORRENTES

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1001 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO							1
	030200	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		2868	APOIO AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS					
			10	Saúde				
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						05	Fundo Municipal de Saúde	
							3	DESPESAS CORRENTES

0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO							1
	030200	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		2869	GESTÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE					
			10	Saúde				
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						03	Convênios da União - Saúde	
							3	DESPESAS CORRENTES

0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO							1
	030200	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		2873	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA					
			10	Saúde				
				303	Suporte Profilático e Terapêutico			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						04	Fundo Estadual de Saúde	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Page 22 of 52

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2874 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
10 Saúde
304 Vigilância Sanitária
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2875 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
03 Convênios da União - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2985 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2986 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA
10 Saúde
301 Atenção Básica
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
04 Fundo Estadual de Saúde
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Page 23 of 52

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3009 ENCARGOS COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES-REGIME PRÓPRIO
10 Saúde
272 Previdência do Regime Estatutário
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
01 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - CUSTEIO
3 DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3010 ENCARGOS COM A PREVIDÊNCIA SOCIALDOS SERVIDORES-REGIME GERAL
10 Saúde
273 Previdência Complementar
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ACS
10 Saúde
301 Atenção Básica
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
05 Fundo Municipal de Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
4015 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1002 SUPORTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO							1
	030200	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		3003	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA DA ATENÇÃO BÁSICA					
		10	Saúde					
			301	Atenção Básica				
				01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE			
					00	Recursos Ordinarios		
						4	DESPESAS DE CAPITAL	

0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO							1
	030200	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		3004	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-MAC					
		10	Saúde					
			302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
				01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE			
					00	Recursos Ordinarios		
						4	DESPESAS DE CAPITAL	

0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO							1
	030200	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		3005	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS,MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES					
		10	Saúde					
			304	Vigilância Sanitária				
				01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE			
					00	Recursos Ordinarios		
						4	DESPESAS DE CAPITAL	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Page 25 of 52

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3006 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS,MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
4 DESPESAS DE CAPITAL

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO 1
030200 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
4016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE NA ESCOLA - PSE
10 Saúde
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
05 Fundo Municipal de Saúde
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1201 DESENVOLVIMENTO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		1915	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E FARDAMENTOS PARA O ENSINO INFANTIL					
			12	Educação				
				365	Educação Infantil			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		2907	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
			12	Educação				
				306	Alimentação e Nutrição			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						15	Transferência do Salário-Educação	
							3	DESPESAS CORRENTES

0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		2910	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO					
			12	Educação				
				361	Ensino Fundamental			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						11	Fundo Municipal de Educação	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Page 27 of 52

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2912 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO ESTADUAIS-VINCULADOS
20 Fundo Estadual de Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2914 CUSTEIO DAS DESPESAS VINCULADAS AO SALÁRIO EDUCAÇÃO
12 Educação
361 Ensino Fundamental
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS
15 Transferência do Salário-Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2920 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
11 Fundo Municipal de Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2925 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
11 Fundo Municipal de Educação
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Page 28 of 52

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2927 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
12 Educação
364 Ensino Superior
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2928 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES
12 Educação
365 Educação Infantil
03 RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS
12 Transferências do FUNDEB
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2929 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2933 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO EJA
12 Educação
366 Educação de Jovens e Adultos
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS
12 Transferências do FUNDEB
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2936 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
12 Educação
367 Educação Especial
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDerais-VINCULADOS
12 Transferências do FUNDEB
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2995 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SUPLEMENTARES PARA O ENSINO
12 Educação
361 Ensino Fundamental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
11 Fundo Municipal de Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
4013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE
12 Educação
361 Ensino Fundamental
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDerais-VINCULADOS
16 Transf. do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Es
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1202 SUPORTE COMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		1923	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/BENS MÓVEIS DESTINADOS A EDUCAÇÃO ESPECIAL					
			12	Educação				
				367	Educação Especial			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		1951	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL					
			12	Educação				
				361	Ensino Fundamental			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						12	Transferências do FUNDEB	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0007	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO							1
	030500	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
		1952	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL-PRÉ ESCOLA					
			12	Educação				
				365	Educação Infantil			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1953 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/BENS MÓVEIS DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
122 Administração Geral
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
4 DESPESAS DE CAPITAL

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1954 EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL-CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
4 DESPESAS DE CAPITAL

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2996 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDATICOS E FARDAMENTO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
11 Fundo Municipal de Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRANITO 1
030500 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3001 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS,EQUIPAMENTOS E OUTORS MATERIAIS PERMANENTES
12 Educação
366 Educação de Jovens e Adultos
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
12 Transferências do FUNDEB
4 DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1301 DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020402	DEPARTAMENTO DE CULTURA E LAZER						
		4002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS FESTIVIDADES LOCAIS, CULTURAIS E CÍVICAS.					
			13	Cultura				
				392	Difusão Cultural			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						48	Transferências do Governo Federal referente a Convênios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020402	DEPARTAMENTO DE CULTURA E LAZER						
		4003	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, BANDA FILARMÔNICA E DEMAIS ATIVIDADES DE INC					
			13	Cultura				
				392	Difusão Cultural			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020402	DEPARTAMENTO DE CULTURA E LAZER						
		4004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E LAZER					
			13	Cultura				
				392	Difusão Cultural			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1502 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1817	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E/OU AMPLIAÇÕES EM PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E PRÉDIOS PÚBLICOS					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						81	Recursos de Convenios - OUTROS	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1818	CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO PÓRTICO DA ENTRADA DA CIDADE					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1819	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

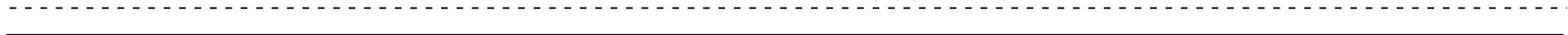


PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
020600 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
2826 MANTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E PRÉDIOS PÚBLICOS
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

1





PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1503 DESENVOLVIMENTO URBANO

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1823	AQUIS. DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS BENS MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
			15	Urbanismo				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1824	CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PÚBLICOS					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1825	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E/OU AMPLIAÇÕES EM CEMITÉRIOS					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Page 36 of 52

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020600 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
1828 ILUMINAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO BRÍGIDA
15 Urbanismo
541 Preservação e Conservação Ambiental
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
81 Recursos de Convenios - OUTROS
4 DESPESAS DE CAPITAL

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020600 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
1929 CONSTRUÇÃO DA ORLA E REFLORESTAMENTO NO RIO BRIGIDA
15 Urbanismo
541 Preservação e Conservação Ambiental
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
81 Recursos de Convenios - OUTROS
4 DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1504 ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1837	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
			25	Energia				
				752	Energia Elétrica			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		4008	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE PRÉDIOS PÚBLICOS					
			25	Energia				
				752	Energia Elétrica			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1506 INFRAESTRUTURA PARA A MOBILIDADE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1962	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DE PONTES, PASSAGENS MOLHADAS, ESTRADAS VICINAIS E ASFALTO					
			26	Transporte				
				782	Transporte Rodoviário			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		4009	MANUTENÇÃO DA REDE DE PAVIMENTO, ESTRADAS VICINAIS E PASSAGENS MOLHADAS DO MUNICÍPIO					
			26	Transporte				
				782	Transporte Rodoviário			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1702 INFRAESTRUTURA E MODERNIZAÇÃO

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1835	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO					
			17	Saneamento				
				512	Saneamento Básico Urbano			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						81	Recursos de Convenios - OUTROS	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1961	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DEMAIS DEMAIS RECURSOS HÍDRICOS DO MI					
			15	Urbanismo				
				544	Recursos Hídricos			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						81	Recursos de Convenios - OUTROS	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020600	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
		1966	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020600 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
2830 MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA RURAL
15 Urbanismo
544 Recursos Hídricos
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020600 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
2831 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO
17 Saneamento
512 Saneamento Básico Urbano
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

1802 DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	021001	SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL						
		1845	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS BENS MÓVEIS P/ SEC. DE MEIO AMBIENTE					
			18	Gestão Ambiental				
				541	Preservação e Conservação Ambiental			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	021001	SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL						
		2845	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENT.					
			18	Gestão Ambiental				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	021001	SEC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL						
		4012	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROGRAMAS VOLTADOS A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIE					
			18	Gestão Ambiental				
				541	Preservação e Conservação Ambiental			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

2001 DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA RURAL

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL						
		1963	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA					
			20	Agricultura				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL						
		1964	EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DA INFRAESTRUTURA RURAL DO MUNICÍPIO					
			20	Agricultura				
				606	Extensão Rural			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL						
		2835	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL					
			20	Agricultura				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020801 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
2839 PROGRAMA GARANTIA SAFRA
20 Agricultura
606 Extensão Rural
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO 1
020801 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
4011 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS PARQUES DE EXPOSIÇÃO, FEIRA E VAQUEJADA, ABASTECIMENTO DE ÁGU.
20 Agricultura
606 Extensão Rural
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

Programa Descrição

2002 FOMENTO AO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL						
		4010	NANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO					
		20	Agricultura					
		605	Abastecimento					
		01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE					
		00	Recursos Ordinarios					
						3	DESPESAS CORRENTES	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

2302 IINFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020405	DEPARTAMENTO DE TURISMO						
		2823	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE TURISMO E EVENTOS					
			15	Urbanismo				
				695	Turismo			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

2601 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	021300	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE						
		2856	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE					
			26	Transporte				
				122	Administração Geral			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	021300	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE						
		2857	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO					
			26	Transporte				
				782	Transporte Rodoviário			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

2701 ESPORTE E LAZER - INFRAESTRUTURA E MODERNIZAÇÃO ESPORTIVA

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020404	DEPARTAMENTO DE DESPORTO						
		4005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO					
			27	Desporto e Lazer				
				812	Desporto Comunitário			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

2702 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA /ALTA COMPLEXIDADE

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1957	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							4	DESPEAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		4001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPEAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

2703 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA AUXILIO E DO CADASTRO ÚNICO AUXÍLIO BRASIL

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		1959	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE FÍSICA DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							4	DESPEAS DE CAPITAL

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							1
	030100	SEC. DESENV. SOCIAL D. HUMANOS, CRIANÇA E JUVENTUDE						
		3015	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO AUXILIO BRASIL-CADASTRO ÚNICO					
			08	Assistência Social				
				244	Assistência Comunitária			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						40	Fundo Municipal de Assistência Social	
							3	DESPEAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

5000 CÂMARA MUNICIPAL

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0001	CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	010101	CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO						
		1001	AQUISIÇÃO DE VEICULOS, APARELHOS MOVEIS E MATERIAL PERMANENTES E LIVROS					
			01	Legislativa				
				031	Ação Legislativa			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0001	CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	010101	CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO						
		1002	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO/RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA CÂMARA					
			01	Legislativa				
				031	Ação Legislativa			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL

0001	CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	010101	CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO						
		2001	ENCARGOS COM MANUT. DAS ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA					
			01	Legislativa				
				031	Ação Legislativa			
					01	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0001 CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO 1
010101 CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
2002 DISPÊNDIOS COM SUBSÍDIOS DOS VEREADORES
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0001 CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO 1
010101 CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
2003 DISPÊNDIO COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0001 CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO 1
010101 CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
2109 DISPÊNDIO COM SENTENÇAS/ DESP. DE EXERC. ANTERIORES
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0001 CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO 1
010101 CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
2110 DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
01 RECURSOS DO TESOIRO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

0001 CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO 1
010101 CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
2111 DISPÊNDIO COM PARCELAMENTO PREV. SOCIAL
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES

0001 CAMARA MUNICIPAL DE GRANITO 1
010101 CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
2112 CONTRIBUIÇÕES A UVP, AVA E OUTRAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
01 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE
00 Recursos Ordinarios
3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/08/2023)
2024

Lei: 0, Data: 01/08/2023

Programa Descrição

9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ações

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO							1
	020301	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
			99	Reserva de Contingência				
				999	Reserva de Contingência			
					01	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE		
						00	Recursos Ordinarios	
							9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0006	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE GRANITO							1
	030400	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE GRANITO						
		9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
			99	Reserva de Contingência				
				999	Reserva de Contingência			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
						44	Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	
							9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Notas Explicativas